

## a fundação da liga dos direitos humanos no início da ditadura militar

*pietro ferrua*

O paradoxal, para começo de conversa, é que o nome dessa organização nunca apareceu antes em português e uma das razões que não me encorajou a falar do assunto até agora foi a falta de documentação escrita. Todas as atividades durante os quase seis anos de sua existência foram conduzidas “oralmente” e através de contatos pessoais. Naquela altura não se escreviam nomes a não ser que fosse necessário tomar nota de um número de telefone ao lado do qual se colocava um pseudônimo reconhecível só pelo interessado.

Minha chegada ao Brasil era relativamente recente, mas eu tinha já uma longa experiência de atividades clandestinas na Suíça, na França, na Itália. Em Genebra, eu tinha fundado uma rede de acolhida para os refratários da guerra da Argélia, ao voltar de um acampamento de verão das Juventudes Libertárias que tinha acontecido em Salernes, na Provença, França, em 1954, e cujas atividades terminaram com a assinatura dos pactos de Evian em 1962, e consistiam em organizar passagens clandestinas

*Pietro Ferrua é professor Emérito do Lewis & Clark College, Portland (EUA), fundador do Centre International de Recherche sur l'Anarchisme, CIRA, viveu no Brasil entre 1963 e 1969.*



A fundação da Liga dos Direitos Humanos...

através da fronteira franco-helvética, acolher os desertores, encontrar-lhes alojamento e emprego, além de ajuda financeira e legal. Para esse fim, recorreremos a instituições privadas ou oficiais entre as quais a “*Ligue Suisse des Droits de l’Homme*”, cujo presidente era o companheiro e amigo Henri Bartholdi. Essa organização tinha permanecido inativa durante alguns anos por falta de “casos” mas, sob o nosso impulso – o Bartholdi me nomeou vice-presidente da *Ligue* – e devido à campanha do “Manifesto dos 121” que nos chegava de Paris por intermédio de outro amigo e companheiro, Daniel Guérin, nos foi sugerido por ele que imitássemos os intelectuais franceses e lançássemos um manifesto parecido na Suíça.

Mas esta é outra história que contarei separadamente. Menciono esses antecedentes apenas para explicar como foi possível reagir tão rapidamente e eficientemente no Brasil de abril 1964.

A iniciativa mencionada no título não foi obra de um grupo, mas só de duas pessoas, a outra sendo uma estudante baiana de 18 anos, hoje socióloga famosa: Lícia do Prado Valladares. Aqui, outro pulo atrás no tempo é necessário. Havia conhecido Lícia na cidade do Salvador quando do “Congresso dos estudantes do mundo sub-desenvolvido”, em 1963. Eu não era delegado, mas tinha sido contratado como tradutor-intérprete e aquela foi minha primeira experiência de trabalho nesse campo. Lícia era então uma menina muito precoce, madura, culta, inteligente, com uma grande curiosidade intelectual e uma consciência social muito desenvolvida. Naquela oportunidade ela me contou que tinha sido aprovada no vestibular e iria estudar no Rio de Janeiro, onde eu morava. Nos perdemos de vista e não houve troca de endereços. Passaram



alguns meses e Diana, minha esposa, voltou de uma festa perguntando-me se eu me lembrava de uma Lícia que teria conhecido na Bahia. Respondi afirmativamente.

As duas foram apresentadas por Nice Rissone, minha colega de trabalho que também se tornaria uma grande amiga, e Diana explicou que eu não tinha ido à festa, pois não estava passando bem (alguns meses depois fui, de fato, operado da vesícula biliar e Lícia veio me visitar na clínica) e a convidou a tomar chá no nosso apartamento do Leme, no sábado seguinte. Ela veio pontualmente e tornou-se um hábito ela voltar cada semana na medida em que a amizade crescia. Nem ela nem eu tínhamos telefone e as comunicações não eram fáceis. De vez em quando eu aparecia inesperadamente na casa dela na Avenida Atlântica, Copacabana (no Posto 6). Um dia ela veio de imprevisto. Creio que foi na primeira sexta-feira de abril de 1964, logo depois do golpe militar, confiando-me um grande problema: a prima-irmã dela, Kátia Valladares (filha do professor Clarival, crítico de arte), muito ativa na União Nacional dos Estudantes (UNE), estava sendo procurada pela polícia militar. Ela queria se exilar no Uruguai (onde tinham se refugiado o presidente Jango e muitos outros), mas a embaixada (naquelas alturas ainda no Rio de Janeiro, me parece que em Botafogo) estava cercada pelas forças de segurança que tinham ordem de não deixar entrar ninguém ou, pelo menos, para filtrar os foragidos eventuais. Sugeri a escolha da Embaixada do México, país acolhedor de muitos antifascistas. O prédio ainda não estava vigiado. Meu conselho foi seguido e tudo deu certo. A Kátia foi acompanhada (ou imitada, alguns dias depois), pelo então namorado. Ambos foram recebidos no México e acabaram em Cuba, onde casaram.



A fundação da Liga dos Direitos Humanos...

Foi naquelas circunstâncias que, sabendo que haveria mais casos, fundamos a organização. Isso aconteceu no primeiro sábado de abril. Digo sábado porque a aprovação do documento (que eu tinha começado a elaborar na noite anterior) levou mais de duas horas e o encontro foi marcado num botequim da Praça Serzedelo Correia, na esquina da rua Domingos Passos, na calçada oposta à da igreja que lá se encontra. Não pode ter sido dia de semana, pois eu estaria trabalhando, nem domingo, pois a repartição postal estaria fechada (eu conhecia os horários por ter alugado uma caixa postal, que mudei para a agência de Ipanema quando fui morar nesse bairro).

Lícia e eu falávamos sempre em francês (pois era uma maneira de praticar o idioma o que lhe foi muito útil, pois ela acabou fazendo um doutorado em sociologia na França) e naquele lugar não havia certamente ninguém que pudesse entender o que estávamos dizendo. Devido à diferença de idade parecíamos aluna e professor.

Nesse encontro foi parcialmente redigido, corrigido e aprovado o documento que foi mandado para a Suíça, que veio à luz só em francês e que foi traduzido pela primeira vez em português anos depois. Do manuscrito original não foram feitas cópias, por razões de prudência, e foi despachado em envelope aéreo quando nos separamos. Mandei para um amigo italiano e companheiro anarquista, que morava em Lausanne, Suíça. Eu sabia perfeitamente que ele reconheceria a minha letra (nos conhecíamos há muitos anos e fui até padrinho de casamento dele) e saberia o que fazer. Encontrou um jornal que, na base da confiança, publicou o artigo acreditando nas informações nele contidas, apesar dos desmentidos diários que o governo militar emitia sobre a repressão política.



Claudio Cantini, então enfermeiro psiquiátrico, desenvolvia nas horas vagas atividades jornalísticas. Tornou-se historiador e autor de vários ensaios sobre o fascismo italiano e sua penetração na Suíça, e escreveu profusamente sobre anarquismo, pacifismo e assuntos sindicais e políticos. Um dos periódicos com os quais então colaborava era COOPÉRATION, órgão das cooperativas de consumidores, jornal com edições em três ou quatro idiomas, muito lido.

Foi o único ato público da existência de nossa organização e nem a censura, nem as autoridades consulares brasileiras conseguiram identificar os remetentes do apelo, provavelmente porque isso aconteceu logo depois do golpe militar, quando os serviços de informação ainda não tinham sido estabelecidos. Quando fui preso (isso aconteceu cinco anos depois), durante os interrogatórios, não houve pergunta alguma sobre o artigo nem sobre a nossa associação. Por coincidência, no dia dos professores de 1969 eu estava em reunião com a Lícia e a mãe dela, Gizela, na casa delas da Avenida Atlântica onde fui avisado que a polícia estava na minha casa. Interrompi a conversa e voltei para o meu domicílio da Avenida Vieira Souto para me preparar. Que eu saiba, nem uma nem outra foram incomodadas por minha culpa.

A iniciativa foi anarquista só no sentido que foi concebida por mim. A Lícia, naquela época não tinha ainda se definido politicamente. Mais tarde aderiu ao Centro Internacional de Pesquisas sobre Anarquismo (conhecido no Brasil como CIRA-B<sup>1</sup>), porém, assim mesmo, isso não indicava nenhuma adesão aberta ao ideal anarquista. Lícia era uma jovem muito corajosa e, inscrita numa faculdade de sociologia, escolheu como objeto de pesquisa um estudo



A fundação da Liga dos Direitos Humanos...

sobre favelados que a levou a morar numa favela, para grande espanto da mãe que achava sua decisão muito perigosa.

As atividades de solidariedade para com os perseguidos políticos continuaram até dezembro de 1969 sem que o nome da Lícia aparecesse por escrito ou fosse mesmo mencionado. Os companheiros anarquistas não foram os únicos nem a maioria dos que foram assistidos, como é normal que aconteça em circunstâncias de clandestinidade nas quais vige o sistema da não discriminação, do anonimato, da discrição, do silêncio<sup>2</sup>. Pessoalmente, mantive contato com todos os movimentos que se opunham à ditadura militar. Os contatos com membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram, sobretudo, através da Sra. Helena Santos Valles (no ato de cassação dos direitos políticos do marido dela aparece a grafia VALHIS), amiga de meus sogros. Entre os representantes do Partido Social Democrático (PSD), o Márcio Moreira Alves, que era meu vizinho em Ipanema, foi-me apresentado pelo escritor italiano Danilo Dolci<sup>3</sup> em visita ao Brasil, e que encontrei pela primeira vez não na Avenida Vieira Souto, mas num “retiro espiritual internacional “sobre não-violência, na capital paulista. Outro parlamentar cassado cujo nome esqueci, conheci por intermédio da prima dele, Eliana de Sampaio Ferraz, que era minha aluna na Aliança Francesa. Os encontros com ele ocorriam num lugar insuspeitável, o Country Clube de Ipanema (do qual me tornei membro por casamento). Coloquei-o a par das atividades anarquistas através do CEPJO<sup>4</sup>, e, indiretamente, também do CBEI<sup>5</sup>. Os encontros com o embaixador casado Antônio Houaiss aconteciam no escritório da editora onde trabalhava no famoso dicionário. Eu estava informado da resistência dos meios católicos por intermédio de



uns frades do Mosteiro de São Bento que conheci graças ao Fernando Borges, meu aluno de francês, que colaborava numa obra de restauração de pintura de um mural de um frade pintor da época barroca. Tinha também travado amizade com um padre espanhol que ensinava comigo no Instituto Teresiano da PUC-Rio, onde éramos os dois únicos homens.

As relações com os meios marxistas eram um pouco mais complicadas porque existiam uns sete grupos diferentes (e, às vezes, antagonistas) que se reclamavam dessa tradição. Desisti de entender as diferenças entre o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Brasileiro, para não falar das outras variantes. De qualquer maneira, na luta clandestina, quando se tratava de salvar a vida ou proteger a liberdade de alguém, não se faziam distinções nem discussões; se agia para que se tratasse de encontrar dinheiro ou, mais frequentemente, morada para os foragidos.

Os contatos mais frequentes eu mantinha com Nice Rissone, jornalista do diário *Última Hora*, e sua irmã, Germana Figueiredo que, apesar de médica, foi presa e torturada. Elas escondiam ou procuravam trabalho para os clandestinos, na residência delas no bairro carioca do Cosme Velho. Outro grupo que eu frequentava assiduamente era o dos irmãos Jacques e Suely Szczupak e o namorado dela, Paulo Sterlinck. Quando perguntei que tendência marxista eles representavam o Jacques me respondeu “marxi-bundistas”. Como ele era muito brincalhão pensei numa piada antes de perceber que o nome BUND, lido em alemão, correspondia a uma organização marxista nascida no nordeste europeu em fins do século XIX. Os meus três interlocutores eram jovens judeus como o haviam sido os fundadores desse novo *Bund*. As reuniões ocorriam



A fundação da Liga dos Direitos Humanos...

no apartamento da Avenida Atlântica e a loja de sapatos da mãe Szczupak servia às vezes de caixa de recados (já que eu não tinha telefone e, de qualquer maneira, evitava-se o mais possível esse tipo de comunicação). A Suely vinha à minha casa, pois estava tomando aulas particulares de francês comigo. Outro ponto de encontro era o cinema Paissandu, geralmente nas noites de sábado. As células marxistas eram compostas, por princípio, só de poucos membros. Encontrei dois outros mais cujos nomes não retive: um agente de ligação e um candidato ao grupo.

Outro contato marxista (me parece que trotskista) foi o Manoel Maurício de Albuquerque que me tinha sido recomendado, por coincidência, pelo historiador Américo Lacombe (tínhamos um amigo comum, o professor Sven Stelling-Michaud, da Universidade de Genebra) como consultante de história brasileira em vista de meu exame de revalidação de diplomas estrangeiros, no Colégio Pedro II. O Maurício tornou-se meu associado na cofundação, no ano seguinte, do Centro Brasileiro de Estudos Internacionais.

Lícia, entretanto, conduzia operações separadas. Como válida ajuda ela tinha a Matilde, professora na Escola Americana (fundada por Gizella Valladares) e o marido Pedro, pintor peruano. Eles moravam na espaçosa escola onde havia reuniões e se hospedavam pessoas.

As atividades clandestinas da Liga dos Direitos Humanos duraram, portanto, de abril 1964 até fins de 1969 e ficaram indocumentadas. Mas talvez haja reparos e é possível que, ao lerem minhas palavras, as pessoas mencionadas e as cujo nome esqueci ou não mencionei resolvam narrar a própria versão. Cedo-lhes a palavra...

\*\*\*



Desde o primeiro dia, não quis privilegiar o movimento anarquista, mas estender a solidariedade a todos os que lutavam contra a ditadura militar, no espírito de Solidaridad Internacional Antifascista<sup>6</sup> (da qual fui membro e cuja seção suíça fundei). De fato, poucos anarquistas declarados foram ajudados: o peruano Agustín Candía e o ítalo-argentino Salvatore Giadone (escondido por Nice Rissone que lhe encontrou também trabalho como jardineiro) e, nos últimos meses de 1969, o generoso convite dos companheiros uruguaiois da *Comunidad del Sur*, de acolher os 16 companheiros brasileiros presos em outubro de 1969, bem como suas famílias, recebidos durante uma breve visita a Montevideu nesse mesmo mês. Quando voltei ao Brasil, a maioria dos companheiros presos tinha sido liberada e se presumia que o processo correria em nosso favor (como aconteceu anos depois) e nenhum deles achou o exílio no Uruguai uma solução viável. Alguém<sup>7</sup> sugeriu que a ditadura militar chegaria inevitavelmente também a esse país, o que de fato ocorreu menos de três anos depois e obrigou os companheiros a exilar-se primeiro no Chile e, depois da queda de Salvador Allende, na Suécia, onde fundaram uma “sucursal” da *Comunidad del Sur*, que ainda existe.



### **Documento: Violação dos direitos humanos no Brasil**

Depois da queda do presidente Goulart assistimos a uma terrível reação no país no desprezo da Declaração dos Direitos Humanos e da mesma Constituição dos Estados Unidos do Brasil, que entrou em vigor em 1946. Além dos direitos fundamentais que a lei garante a seus cidadãos: livre expressão do pensamento, liberdade de consciência e de reunião, inviolabilidade da residência, habeas corpus (art. 141), livre saída do país (art. 142) etc., que são diariamente e ignobilmente desrespeitados sem que o estado de sítio, que poderia legalmente suprimi-los, tenha sido declarado, verificam-se ainda as violações seguintes:

- eleição antecipada do novo Presidente da República (com um único candidato militar), enquanto o art. 79, parágrafo 2 estipula um prazo de 30 dias após a disponibilidade do cargo;

- escolha de um candidato legalmente inelegível por incompatibilidade (art. 139) na pessoa do general Castelo Branco, atualmente Chefe de Estado-Maior.

Esta é a curiosa “democracia” que querem nos impor os golpistas.

As pessoas presas se contam por dezena de milhares sem que se saiba onde se encontram: não foram respeitados nem deputados, nem senadores, nem governadores, nem ministros; foram devastadas sedes de agências de imprensa estrangeiras (France-Press e Unipress), nem foi respeitada a imunidade diplomática (irrupção policial na Embaixada da Hungria).

É necessário que os organismos que lidam com os direitos humanos: Ligue des Droits de l'Homme, O.I.T., O.N.U., Commission Internationale des Juristes sejam informados e tomem as medidas que julgarem oportunas.

Um representante da Liga Internacional dos Direitos Humanos

[Redigido em francês por Pietro Ferrua e Lícia do Prado Valladares e despachado anonimamente para Claudio Cantini, cujo endereço atual é LA CHERCOTTAZ 1606 FOREL/LA VAUX SUIÇA].



## Notas

<sup>1</sup> Nessa mesma revista já publiquei uma série de artigos sobre a história desta associação: “A breve existência da seção brasileira do Centro Internacional de Pesquisas sobre o Anarquismo”, primeira parte in *verve*, n. 15, pp. 129-198, 2009a; segunda parte in *verve*, n. 16, pp. 84-140, 2009b.”; terceira parte in *verve*, n. 17, pp. 136-141, 2010.

<sup>2</sup> Experiências anteriores com a polícia francesa (que acabou me proibindo a entrada no território nacional) e as autoridades helvéticas (que me expulsaram do país em 1962-63) devido ao mesmo tipo de atividades clandestinas, sugeriam uma extrema prudência.

<sup>3</sup> No “*Suplemento Literário do Jornal do Esporte*” publiquei um longo artigo sobre o assim dito “Gandhi da Itália”. Trechos deste artigo constituíram minha intervenção no “Primeiro Seminário sobre não violência na América Latina” organizado em setembro de 1967, em São Paulo, pelo Movimento Internacional da Reconciliação (*International Fellowship of Reconciliation*), o mesmo que, através do Pastor André Trocmé e de sua esposa italiana Magda, tinha apoiado minhas atividades pacifistas na França e na Suíça em anos anteriores. A cópia que eu tenho leva a data de 7 de setembro de 1967, mas não consigo me lembrar se é a data da redação do manuscrito ou de sua publicação ou ainda de minha palestra naquela reunião.

<sup>4</sup> O “Centro de Estudos ‘Professor José Oiticica’ do qual eu era Presidente na época das prisões. Conteí a história no texto “O fechamento do CEPJO” que parece ter sido publicado como capítulo de um livro no Brasil, que nunca recebi e cujo título eu desconheço.

<sup>5</sup> O Centro Brasileiro de Estudos Internacionais, cuja criação eu concebi e expus a alguns amigos que me apoiaram imediatamente. Os co-fundadores, todos professores, foram: Thamar Sette Pinheiro, Roberto Ballalai, Savas Carydakís e Manoel Maurício de Albuquerque. Alguns outros foram cooptados, que eu me lembre Leo Gilson Ribeiro, mas se retrataram na última hora por discordar do corte antiditatorial que nós queríamos dar ao empreendimento. De fato contratamos como docentes em prevalência parlamentares e diplomatas cassados, tais como o amigo Antônio Houaiss.

<sup>6</sup> Conhecida como S.I.A. e fundada pelos revolucionários espanhóis.

<sup>7</sup> Trata-se de Diana Ferrua, que teve ótimo faro.



verve

A fundação da Liga dos Direitos Humanos...

*Resumo*

*Pietro Ferrua relata a fundação da Liga dos Direitos Humanos, em 1964, que produziu um dos primeiros documentos a denunciar o início da repressão política editado na Suíça pouco após o golpe de Estado. A Liga também auxiliou na fuga e ocultação de ativistas políticos, tanto anarquistas quanto católicos e marxistas.*

*Palavras-chave: anarquismo no Brasil, ditadura civil-militar, resistências.*

*Abstract*

*Pietro Ferrua reports the foundation of the Human Rights League, in 1964, which produced one of the first documents that denounced the political repression in Brazil. The document was published in Switzerland shortly after the coup d'État in April 1964. Besides that, the League helped political activists to escape or to hide making no distinction between anarchists, catholics or marxists.*

*Keywords: anarchism in Brazil, civil-military dictatorship, resistances.*

*Recebido para publicação em 05 de abril de 2012. Confirmado em 28 de abril de 2012.*

